



**PAUTA
PARA A 84ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 12 DE JUNHO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 425, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica São José do Rio Preto como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 426, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Matão como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 427, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Jaci como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 428, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 429, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Classifica Casa Branca como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 430, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dá a denominação de "Norberto Ferreira" ao Centro de Especialidades de Assis, naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 431, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica São José da Bela Vista como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 432, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Adolfo como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 433, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Mirassol como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 434, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Cosplay".

11 - Moção nº 44, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de Lei nº 1527, de 2015, seja aprovado com a máxima urgência, visando garantir a integridade dos conselheiros tutelares.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 420, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Mariana Cândida Alves - Dona Marianinha" ao dispositivo de acesso localizado na SPD 011/345, Rodovia Engenheiro Ronan Rocha, em Itirapuã.

2 - Projeto de lei nº 421, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Oswaldo de Oliveira" à rotatória localizada no km 26 + 500 m da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha, SP - 345, em Patrocínio Paulista.

3 - Projeto de lei nº 422, de 2017, de autoria dos deputados Coronel Camilo e Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Dr. Pedro Jannini Filho" ao Hospital Regional de Sorocaba localizado no km 106 da Rodovia Raposo Tavares.

4 - Projeto de lei nº 423, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Elias Fausto como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 424, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Tietê como Município de Interesse Turístico.

6 - Moção nº 42, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Aplauda a aprovação pelo Conselho Universitário, órgão máximo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da adoção de sistema de cotas étnico-raciais, para o ingresso nos cursos de graduação daquela Universidade.

7 - Moção nº 43, de 2017, de autoria do deputado Luiz Turco. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde e ao Diretor Presidente da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que envidem esforços para que o medicamento SPINRAZA/NUSINERSEN seja

regulamentado pela ANVISA com a máxima urgência, podendo assim ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal (AME).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 416, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas em bares, casas noturnas e similares, nos quais o preço da entrada inclui bebidas alcoólicas à vontade, os chamados "open bar".

2 - Projeto de lei nº 417, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Guaraçá como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 418, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Silveiras como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 419, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Classifica Borborema como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 411, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre a política estadual de incentivo ao consumo de produtos alimentícios saudáveis e de maior redução de risco à saúde, conforme se assevera o artigo 196 da Constituição Federal.

2 - Projeto de lei nº 412, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 5.145, de 1986, que dispõe sobre o comparecimento de policiais em espetáculos artísticos, culturais, circenses ou esportivos.

3 - Projeto de lei nº 413, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Américo Brasiliense como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 414, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Mombuca como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 415, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica General Salgado como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 405, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Educativa Infanto-Juvenil - ABEIJU", em Peruíbe.

2 - Projeto de lei nº 406, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Dolcinópolis como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 407, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Itobi como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 408, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 16.017, de 2015, que incluiu no Calendário Turístico do Estado a Romaria de São Miguel Arcanjo.

5 - Projeto de lei nº 409, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Itararé como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 410, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica São Miguel Arcanjo como Município de Interesse Turístico.

7 - Moção nº 41, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine aos Ministérios da Educação, da Saúde e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estudos e providências no sentido de reinserir o Hospital São Paulo, Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF; e ao Ministério da Saúde a atualização da Tabela SUS, que estabelece o valor unitário a ser pago por procedimento no Sistema Único de Saúde - SUS.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

Moção nº 13, de 2016, de autoria do deputado Léo Oliveira. Apela para a Sras. Ministra do Meio Ambiente e Presidente do IBAMA, bem como para o Superintendente do Instituto para que em uma soma de esforços adotem medidas cabíveis, urgentes e necessárias com vistas a suspensão dos procedimentos para o encerramento das atividades da Base Avançada em Ribeirão Preto, com o reconhecimento da importância estratégica da manutenção de referida unidade no município. (Em anexo a Moção 33, de

2016).